

O REALISMO MORAL FRENTE AO ARGUMENTO DA QUESTÃO EM ABERTO

Ísis Esteves Ruffo*

Resumo: Neste texto é oferecida uma descrição geral sobre o realismo moral. Do ponto de vista ontológico, o realismo moral pode ser *naturalista* ou *antinaturalista*. A possibilidade de realismo moral manteve-se, inicialmente, restrita ao realismo antinaturalista, cujas bases implicam a rejeição do naturalismo por meio do *Argumento da Questão em Aberto*, formulado por Moore. Entretanto, neste texto, apresentaremos outra possibilidade para o realismo metafísico que chamaremos como *New Wave Naturalista*. Abordagem que, por meio de uma adaptação da *semântica dos tipos naturais* para os termos morais, pretende contornar o argumento de Moore.

Palavras-Chave: Realismo Moral. Falácia Naturalista. *New Wave* Naturalista. Naturalismo Ético.

MORAL REALISM AGAINST THE OPEN QUESTION ARGUMENT

Abstract: In this paper I offer a general description about the moral realism. From an ontological point of view, moral realism can be naturalistic or antinaturalistic. At first, the possibility of moral realism remained restricted to the antinaturalistic realism, whose bases imply a rejection of the naturalism through the *Open Question Argument* formulated by Moore. However, in this paper, I present a possibility for metaphysical realism which I will call *Naturalistic New Wave*. An account that, through an adaptation of the semantics of natural types to the moral terms, intends to fend the Moore's argument.

Keywords: Moral Realism; Naturalistic Fallacy; Naturalistic New Wave; Ethical Naturalism.

Introdução

No âmbito da filosofia contemporânea podemos definir o realismo moral a partir

*Atualmente mestranda em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: isis_ruffo@hotmail.com.

de três teses: (i) *cognitivismo* sobre os enunciados morais, ou seja, tais enunciados são verdadeiros ou falsos; (ii) *tese do sucesso* sobre o discurso moral, a saber: alguns dos enunciados da tese (i) são verdadeiros; (iii) as condições de verdade dos enunciados morais são *objetivas*, o que significa que, no domínio moral, as sentenças se referem a fatos, propriedades ou entidades independentes das crenças, opiniões ou valores culturais. A natureza de tais fatos, propriedades ou entidades é um problema à parte e podemos, sobre eles, sustentar uma posição naturalista ou antinaturalista.

O naturalismo afirma que as propriedades morais podem ser explicadas em termos de propriedades naturais. Um exemplo recorrente de teoria naturalista é o hedonismo ético. O hedonismo ético sustenta que o bem último é o prazer e que todas as coisas que produzem prazer são boas. Contudo, tal posição enfrenta a objeção proposta originalmente por *George Edward Moore* denominada *falácia naturalista*. Segundo Moore, é um erro tentar definir o termo ‘bom’ em termos não-morais, porque ‘bom’ não pode ser definido. ‘Bom’ é, ele mesmo, uma noção simples.

Assim, pode ser o caso que tudo o que seja bom seja também alguma outra coisa, mas para Moore, diferentemente do que pensaram outros filósofos de seu tempo, mencionar quais são essas outras coisas não define ‘bom’. Essa posição de Moore se baseia num importante e conhecido argumento: o *Argumento da questão em aberto*, (AQA). Em termos gerais, o argumento pode ser formulado da seguinte maneira:

Dada uma definição naturalista do tipo: x é bom (ou outro tipo moral) = x é P , em que P representa uma propriedade ou conjunto de propriedades naturais como “maximizar o prazer” e dado um caso particular y , por exemplo, “fazer caridade”, podemos nos perguntar: Fazer caridade é bom? A resposta aparentemente será, y é bom se e somente se y for P , ou, traduzindo segundo nossos exemplos, “fazer caridade é bom se, e somente se, for uma ação que maximiza o prazer”. Contudo, se nos perguntamos sobre o próprio P se ele é bom ficamos com uma situação inusitada: P é bom se, e somente se, P for P , ou “maximizar o prazer é bom se, e somente se, maximizar o prazer maximizar o prazer”. Essa relação indica uma trivialidade que não faz jus à questão moral genuína sobre se é bom ou não maximizar o prazer. Moore conclui a partir disso que nenhum predicado ocupando o lugar de P oferece uma boa definição

para o termo moral ‘bom’.

Se o AQA refuta, de fato, a possibilidade de uma teoria naturalista em ética, temos, inicialmente, duas opções: de um lado, é possível defender, como Moore, o antinaturalismo, ou seja, que o termo ‘bom’ refere-se a uma propriedade *sui generis*. E, deste modo, os problemas a serem investigados nessa perspectiva passam a ser sobre qual a natureza de tal propriedade e quais são os meios de acesso a ela. Por outro lado, podemos refutar também a essa formulação de realismo e, assim, sustentar uma posição antirrealista sobre a moral.

Na hipótese antirrealista é possível encontrar, pelo menos, três formulações distintas:

- Negar a tese (i) do realismo, ou seja, assumir uma posição *não-cognitivista* sobre a moral, cuja formulação mais conhecida é o chamado *expressivismo moral*; o expressivismo sustenta que os enunciados morais estão mais próximos do domínio dos imperativos ou expressões de aprovação/desaprovação do que da descrição de fatos, logo, as declarações morais não são descritivas e, assim, não possuem valores de verdade.
- Negar a tese (ii) afirmando que, apesar dos enunciados morais possuírem valores de verdade, não existem casos nos quais tais enunciados são verdadeiros. Seguindo esse caminho, podemos supor que o discurso moral inclui conceitos que têm pretensão de verdade, mas nada é o referente do nosso discurso num dado domínio, como sustentaria uma *Teoria do erro*, ou, ainda, que as sentenças morais não tenham a pretensão de descrever entidades ou propriedades, como sustentaria uma *posição pragmática*.
- Negar a tese (iii) de que as condições de verdade dos enunciados morais devam ser objetivas e assim se comprometer com uma posição subjetivista ou intersubjetivista da moral que, conforme demonstraremos ao longo do texto, implica em uma posição antirrealista.

Entretanto, podemos considerar, por outro lado, se existe alguma forma de escapar às consequências do argumento da questão em aberto e manter o naturalismo ético. Tal caminho é endossado pela *New Wave Naturalista*. De acordo com esta

proposta naturalista, é possível realizar uma adaptação da *semântica dos tipos naturais* para o fenômeno moral a fim de evitar as implicações do argumento da questão em aberto, pois, segundo a semântica para tipos naturais, algumas relações podem ter um valor de verdade necessário, embora isto não se constitua *a priori* como nos casos analíticos. Assim, mesmo que se postule que o bem moral é, provavelmente, uma propriedade natural, não é preciso postular nenhuma definição analítica para isso.

Para o naturalismo *new wave*, ‘bom’ pode ser definido, num sentido moral, em termos de um agregado disjuntivo de propriedades naturais. Essas propriedades constituem aquilo que podemos relacionar ao florescimento e bem-estar humano, mas não é necessário sustentar uma identidade analítica entre essas propriedades e os termos morais. Dessa forma, estaria em aberto a possibilidade de se defender o naturalismo ético, e portanto uma forma de realismo moral apesar do AQA e além do antinaturalismo.

O Realismo Moral

Antes de apresentar uma definição para o realismo moral, talvez seja útil apresentar uma definição que englobe o realismo em geral e não apenas no caso moral. Contudo, definir o que é o realismo de modo geral é um problema à parte. Em geral, não há consenso sobre o tema e alguns domínios permitem definições mais abrangentes que outros. Entretanto, a tarefa de oferecer uma definição sobre o realismo é de essencial importância, pois ela servirá de ponto de partida para o exame dos problemas e discussões seguintes. Assumiremos aqui a definição de realismo e antirrealismo traçada por G. Sayre-McCord (1988), porque acreditamos ser suficientemente abrangente para que suas teses principais não entrem em desacordo com o realismo em qualquer domínio que seja. Segundo Sayre-McCord, onde quer que o realismo ocorra, ele implica em assumir duas teses: (i) os enunciados sobre o domínio em questão, quando literalmente construídos, são literalmente verdadeiros ou falsos, (cognitivismo); e (ii)

alguns desses enunciados são literalmente verdadeiros (teoria do sucesso)²¹⁹. Em oposição a tal formulação, podemos definir o antirrealismo como posições que neguem a tese (i), ou seja, defendam o não-cognitivismo. Também são antirrealistas as posições que, apesar de sustentarem o cognitivismo, negam (ii), ou seja, negam que em alguns casos os enunciados referentes ao domínio em questão sejam verdadeiros.

Assumidas as duas teses do realismo, um segundo ponto se faz imediatamente presente: Uma vez que algumas das asserções do domínio são verdadeiras, o que faz com que elas o sejam? Quais as condições de verdade desses enunciados? Segundo Sayre-McCord, as condições de verdade de um enunciado podem ser objetivas, subjetivas ou intersubjetivas. As condições de verdade são subjetivas se fazem referência a um indivíduo essencialmente; intersubjetivas se fazem referência, essencialmente, a capacidades, convenções ou práticas de um grupo de pessoas; e objetivas caso não precisem fazer referência a nenhuma pessoa, capacidades, práticas ou convenções²²⁰.

Portanto, os valores de verdade dos enunciados em um dado domínio podem ser dependentes ou não da referência a um indivíduo ou a um grupo de pessoas. Em um primeiro momento, todas essas alternativas podem corresponder a uma posição realista de um domínio, pois nem sempre será preciso garantir a existência e independência de fatos nesse domínio para garantir o realismo²²¹. Entretanto, para o caso moral, especificamente, isso não se verifica. No âmbito da moral, apenas as condições de verdade objetivas garantem o realismo, porque propostas intersubjetivistas e subjetivistas podem não garantir a segunda tese exigida pelo realismo: de que ao menos algumas das asserções morais são verdadeiras.

As posições subjetivistas da moral sustentam que a verdade de enunciados

²¹⁹ Sayre-McCord, G. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? 1988, p. 05.

²²⁰ Sayre-McCord, G. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? 1988, p. 14 – 15.

²²¹ Independência da mente pode ser um requerimento plausível para o realismo quando falamos de objetos macrofísicos, mas esse não é o caso para o realismo em psicologia (fatos psicológicos não precisam ser independentes da mente) (...) e existência pode ser crucial para o realismo sobre entidades científicas (visto que as asserções sobre essas entidades só serão verdadeiras se tais entidades existam), mas não para o realismo sobre leis científicas (que não reivindicam existência) (Sayre-McCord, G. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? 1988, p. 06).

morais depende das atitudes de um indivíduo²²². Basicamente, algo ser bom ou mal depende das preferências, desejos ou objetivos da pessoa que está julgando. Já a posição intersubjetivista sustenta que a verdade das reivindicações morais depende não de um indivíduo, mas de um grupo de indivíduos para os quais o princípio moral em questão seria coerente com suas práticas e convenções²²³.

Ambas as posições têm dificuldade em explicar alguns pontos relevantes do fenômeno moral. O subjetivismo ao afirmar que julgamentos morais são verdadeiros em virtude de estados subjetivos do sujeito ignora o fato de que podemos, ou ao menos, parecemos poder concordar com alguém sobre o valor de algo quando ambos dizem, simplesmente, que algo é bom ou mal, sem considerar nossos desejos, preferências ou objetivos²²⁴. Por sua vez, o intersubjetivismo, ao postular que a verdade dos enunciados morais depende de convenções e práticas sociais, não consegue explicar como podemos fazer críticas morais a nossa própria cultura²²⁵. Assim, subjetivismo e intersubjetivismo oferecem “descrições implausíveis sobre as condições de verdade das reivindicações morais literalmente construídas”²²⁶, ou seja, posições subjetivistas e intersubjetivistas têm dificuldade em lidar com a aparente objetividade do discurso moral.

Por outro lado, não está totalmente claro que as críticas mencionadas sejam suficientes para descaracterizar posições subjetivistas e intersubjetivistas como realistas. A fim de manter a proposta inicial de Sayre-McCord sobre o que define uma proposta realista podemos fazer um breve parêntese para avaliar melhor as noções envolvidas nas teses subjetivistas e intersubjetivistas. Uma noção que merece maiores esclarecimentos é a relação postulada entre as propriedades de um domínio e sua referência ou não a indivíduos ou grupos de indivíduos. Para a proposta objetivista da moral, o conteúdo das crenças e opiniões de um grupo de indivíduos ou de um único indivíduo não é relevante para determinar o valor de verdade de um enunciado moral. Mas, para posições subjetivistas ou intersubjetivistas (no trecho abaixo entendidas por

²²² Finlay, S. Four Faces of Moral Realism, 2007, p. 10.

²²³ Sayre-McCord, G. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? 1988, p. 18.

²²⁴ Sayre-McCord, G. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? 1988, p. 18.

²²⁵ Sayre-McCord, G. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? 1988, p.19.

²²⁶ Sayre-McCord, G. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? 1988, p.22.

“relativistas”) temos um cenário distinto,

Subjetivistas argumentam que as convicções morais de cada pessoa determinam o conteúdo e mantêm a existência dos princípios morais corretos para essa pessoa. Relativistas argumentam que as convicções morais compartilhadas pela maioria dos membros de um grupo determinam o conteúdo e mantêm a existência dos princípios morais corretos para esse grupo²²⁷.

Essa distinção nos leva ao ponto principal desta argumentação: Não podemos defender uma tese subjetivista ou intersubjetivista da moral como realista, segundo a proposta de Sayre-McCord, porque há casos possíveis nos quais essas posições falham na tese do sucesso. Segundo Kramer, se todas as criaturas com mente desaparecessem da Terra, sentenças como “Não é o caso que torturar bebês por diversão é moralmente errado” seriam verdadeiras²²⁸. Isso, segundo o autor, é insustentável do ponto de vista moral, mas, além disso, tal sentença é verdadeira porque todas as sentenças morais serão falsas. Tanto a sentença “Torturar bebês por diversão é moralmente errado”, quanto “Torturar bebês por diversão é moralmente correto” serão falsas em um planeta desabitado.

Para as perspectivas subjetivistas, os julgamentos morais são sempre resultados de sentenças condicionais: “ x é moralmente errado” é uma elipse da sentença composta “Se x é errado para F , então x é moralmente errado”; portanto, para qualquer situação em que o antecedente seja uniformemente falso, o julgamento moral também será falso. Assim, em um mundo onde não existam seres capazes de avaliação moral, todos os juízos morais serão falsos, o que contradiz a tese do sucesso de Sayre-McCord.

Em um mundo onde não há mentes, posições subjetivistas da moral não poderiam ser realistas. O mesmo vale para teorias intersubjetivistas, pois elas também apresentariam os julgamentos morais sobre a forma de uma condicional: Segundo o intersubjetivismo, “Se x é errado para o grupo F , então x é moralmente errado”. Logo, não havendo nenhuma situação que torne o antecedente verdadeiro, teremos uma posição antirrealista da moral.

Considerados estes pontos, portanto, para garantir o realismo moral é preciso: (i)

²²⁷ Kramer, M. *Moral Realism as a Moral Doctrine*, 2009, p. 34

²²⁸ Kramer, M. *Moral Realism as a Moral Doctrine*, 2009, p. 32.

defender o cognitivismo sobre os enunciados morais; (ii) a tese do sucesso sobre o discurso moral; (iii) assumir que as condições de verdade dos enunciados morais são objetivas com a finalidade de garantir a tese do sucesso. Então, no domínio realista da moral, as sentenças se referem a fatos, propriedades ou entidades que independem das pessoas²²⁹. Diante dessa definição para o realismo moral, uma nova questão pode ser levantada: Afinal, qual a natureza das propriedades, fatos e entidades que importam ao domínio moral? Para essa pergunta são possíveis dois tipos de resposta: ou as propriedades, fatos ou entidades morais são tais como as naturais, o que denominamos naturalismo; ou estas propriedades, fatos ou entidades não são tais como as naturais, o que denominamos antinaturalismo.

Naturalismo e Antinaturalismo Moral

O que é o Naturalismo?

As teorias naturalistas sustentam que propriedades morais podem ser explicadas em termos de propriedades naturais. “Propriedades naturais”, entretanto, é uma expressão pouco elucidativa, pois o termo ‘natural’ pode ser usado para muitas coisas. No contexto ético, a explicação mais comum para o termo ‘natural’ é que ele é aplicado a coisas que figuram em descrições ou em explicações científicas do mundo. Assim, a principal reivindicação naturalista é que as propriedades morais são as familiares propriedades do mundo natural.

Sendo assim, a teoria naturalista já nos apresenta uma grande vantagem: não apenas os enunciados morais podem ser verdadeiros ou falsos, como também é bem possível que estejamos certos sobre a verdade de alguns deles, uma vez que o acesso epistêmico à validação de nossos enunciados morais não é mais misterioso do que o acesso que temos a outras propriedades do mundo.

Talvez a mais conhecida teoria naturalista seja o hedonismo ético, normalmente,

²²⁹ Utilizaremos neste texto a distinção entre fatos e entidades propostas por Brock e Mares: entidades são os referentes de termos singulares na linguagem, enquanto que fatos são aspectos do mundo representados por sentenças declarativas na linguagem (Brock, S. Mares, E. *Realism and Anti-Realism*. Durham, 2010, p. 02).

associado ao utilitarismo como o proposto por John Stuart Mill. O hedonismo ético sustenta que o bem último é o prazer e tudo aquilo que, em relação às alternativas, promove adequadamente e maximamente esse bem é moralmente correto, ou, pelo menos, não é errado ou proibido. Obviamente o hedonismo milliano não é tão simplório, mas independente dos méritos da teoria em questão, o prazer é algo que poderíamos chamar de uma propriedade natural. Para o hedonismo ético, é possível verificar se uma ação é realmente boa apenas observando se, dentre as alternativas, ela traz adequadamente o máximo de prazer para os concernidos.

As teorias naturalistas formuladas nesses moldes foram populares até o século XX. Noções como prazer seriam *noções simples*, coisas que simplesmente percebemos ou pensamos, enquanto ‘bom’ denominaria uma *noção complexa* com elementos que se combinam de uma forma característica. Contudo, em *Investigações Éticas* (1903), George Edward Moore apresentou uma nova perspectiva para ‘bom’. O autor propõe que o termo ‘bom’ seja considerado como denominando uma noção simples negando, assim, a possibilidade de qualquer definição analítica para o termo, como pretendiam seus antecessores. Essa proposta de Moore ficou conhecida como antinaturalismo.

O Antinaturalismo de Moore

Para Moore, ‘bom’ não pode ser definido. ‘Bom’ é apenas bom e nada mais, ou seja, uma noção simples²³⁰. Partindo dessa noção, Moore apontou uma série de erros em argumentos que buscavam sustentar o contrário. Segundo o autor, o erro de se tentar definir o termo ‘bom’ está no fato de se tentar identificar ‘bom’ com outras coisas que apareçam juntas, mas quando acrescentamos qualidades a alguma coisa não pretendemos, com isso, igualar uma a outra.

Quando afirmamos que uma laranja é amarela, não pensamos que nossa afirmação nos obrigue a sustentar que “laranja” não significa outra coisa senão “amarelo” [...]. Suponhamos que a laranja seja também doce! Porventura isto nos obriga a afirmar que “doce” é

²³⁰ Moore, G. *Princípios Éticos*, 1980, p. 9.

exatamente a mesma coisa que “amarelo”, que “doce” deve ser definido como “amarelo”?²³¹

Ser amarelo, ser doce ou ser bom são qualidades que as coisas podem ter, isso não significa que tais qualidades sejam idênticas a essas coisas, ainda que todas as laranjas sejam amarelas ou que todas as ações de um tipo φ sejam boas. Tentar fazer isso é, segundo Moore, cometer um erro de definição. Assim, pode ser o caso que tudo que seja bom seja também alguma outra coisa, mas, diferentemente do que pensaram outros filósofos de seu tempo, para Moore, mencionar quais são estas outras coisas não define ‘bom’. A esse engano comum Moore denominou *Falácia Naturalista*, sendo naturalista em alusão à tendência de se confundir um objeto não natural com objetos naturais.

Como a falácia consiste em negar a definição de ‘bom’ como um termo simples é comum se levantar duas alternativas: ou assumir que bom é um todo complexo e determinado ou que o termo não significa absolutamente nada. Ambas as alternativas são descartadas por Moore. Para defender sua posição e responder às objeções, Moore apresentou um argumento que ficou conhecido na história da filosofia como o *Argumento da questão em aberto* (AQA).

O argumento da questão em aberto é capaz de mostrar, a partir do nosso próprio entendimento sobre o uso dos termos, que nenhuma definição para ‘bom’ é realmente capaz de captar o seu significado. Em termos gerais, o argumento pode ser formulado da seguinte maneira: ‘bom’ não é idêntico a qualquer outro termo simples, pois, dada qualquer definição φ para ‘bom’, sempre podemos nos perguntar se φ é realmente bom. Contudo, o mesmo não ocorre quando lidamos com definições completas, por exemplo, se a definição de ‘solteiro’ é ‘homem não casado’, não podemos nos perguntar, de forma significativa, se um homem não casado é realmente solteiro. A ausência de dúvidas indica que ‘solteiro’ e ‘homem não casado’ são expressões que se referem exatamente as mesmas propriedades. Como não somos capazes de oferecer uma definição do mesmo tipo para o termo ‘bom’, parece que nenhuma outra expressão ou

²³¹ Moore, G. *Princípios Éticos*, 1980, p. 14.

termo diferente de ‘bom’ se refere as mesmas propriedades que o termo em questão.

Da mesma forma, diante de definições que apelam ao fato de que ‘bom’ nada significa, sendo apenas outra forma de expressar concordância ou desejabilidade de algo, Moore argumenta que, quando nos perguntamos a respeito de algo se ele é bom estamos fazendo uma pergunta distinta de quando nos perguntamos se algo é agradável, desejável ou aprovável²³². Compreendemos que são perguntas diferentes, embora não sejamos capazes de explicar a respeito de qual aspecto, especificamente, ela se faz distinta.

Assim, o argumento da questão em aberto é, supostamente, capaz de mostrar que não é possível oferecer uma definição para o termo ‘bom’ em termos naturais e, para além disso, que não faz sentido, portanto, que valores morais sejam compreendidos como propriedades naturais. A base do argumento parece ser um comprometimento de Moore com a ideia de que se analisarmos profundamente nossas impressões linguísticas seremos capazes de apreender algo acerca da natureza metafísica dos objetos captados nelas. E, assim, a partir do argumento da questão em aberto, Moore conclui que não é possível fazer uma identificação entre propriedades morais e nenhuma outra propriedade, natural ou não-natural, pois qualquer definição oferecida para ‘bom’ não é capaz de exaurir aquilo que é captado por tal noção.

Se o AQA refuta a possibilidade de uma teoria naturalista em ética, isso nos leva à conclusão de que o realismo moral depende da plausibilidade do antinaturalismo defendido por Moore. A mais famosa objeção que é possível levantar contra o antinaturalismo é justamente atacar o seu aspecto antinatural. Postular entidades metafísicas que não compõem o mundo natural e que existem somente em função do sistema moral requer uma justificação plausível, especialmente quando consideramos o quão *estranhas* seriam tais propriedades. Mackie se preocupou com essa estranheza e a formalizou no *argumento da estranheza*.

Os fatos morais, se existem, são dotados de uma natureza muito especial: eles são guias de ação, mas, mais do que isso, eles são motivadores de ações. Não apenas

²³² Moore, G. *Princípios Éticos*, 1980, p. 16.

nos oferecem cursos de ação, mas nos dizem o que *devemos* fazer. Saber que algo é errado é suficiente para que se evite fazê-lo. Do mesmo modo, saber que algo é moralmente certo é suficiente para que se busque fazê-lo. Alguma coisa ser moralmente boa é suficiente para alguém querer possuí-la sem que isso se deva a nenhum fato particular sobre os indivíduos e sim a alguma coisa constitutiva do próprio bem. Dizemos então que fatos morais devem ser fatos prescritivos, o que os torna diferentes de qualquer outro fato que conhecemos. Então, sob o pretexto de ser uma proposta metafísica demasiado extravagante, muito autores defendem que é mais simples defender que não há bom, certo, errado ou obrigação no mundo²³³.

O argumento da estranheza de Mackie possui ainda um viés epistêmico que ressalta que, ainda que se aceite postular tais fatos morais metafisicamente estranhos, como podemos chegar a conhecê-los? A natureza especial desses fatos parece exigir uma capacidade especial de captá-los que não se compreende em nenhum dos nossos sentidos ordinários²³⁴. Se o antinaturalismo se apresenta como uma proposta extravagante, pode ser razoável propor uma alternativa antirrealista para a explicação do fenômeno moral.

O Antirrealismo Moral

Quanto ao antirrealismo, a manifestação mais robusta que podemos citar consiste em negar que as sentenças ou declarações morais possuam qualquer valor de verdade, ou seja, assumir uma posição não-cognitivista sobre o domínio. Essa é a tese defendida pelo *expressivismo moral*. Em uma posição expressivista (*expressivist*) da moral, declarações morais não têm uma função descritiva e, portanto, não possuem valores de verdade; elas estão mais próximas do domínio dos imperativos ou de expressões de aprovação/desaprovação. Segundo Finlay, “elas expressam atitudes que visam à conformidade do mundo com o seu conteúdo e não a sua própria conformidade

²³³ Mackie, J. *Ethics: Inventing right and wrong*, 1990, p. 35.

²³⁴ Mackie, J. *Ethics: Inventing right and wrong*, 1990, p. 38.

com o mundo”²³⁵. A função das declarações morais, portanto, não é descrever fatos do mundo ou expressar crenças morais. Isso coloca em xeque algumas intuições que originalmente sustentamos sobre o discurso moral, pois nossos discursos morais têm características que os tornam, talvez apenas aparentemente, discursos declarativos.

Em geral, supomos a possibilidade de conhecimento moral, principalmente quando desculpamos as pessoas por más ações com a justificativa de que “tal pessoa não estava de posse de todos os fatos” ou “ele não sabe o que está fazendo”. Também dizemos que algumas ações são erradas e isto parece independer de avaliações externas, elas parecem erradas, de fato. Teorias expressivistas tentam explicar tais características do discurso moral, mas o fazem apelando a aspectos não aparentes.

Outra possibilidade para o antirrealismo é aceitar o cognitivismo, mas negar a existência de um campo ontológico moral. Não há necessidade lógica que garanta o elo entre a tese semântica e a ontológica no âmbito moral. Posições como a assumida pela *Teoria do Erro* de John Mackie e por algumas abordagens pragmáticas sobre a moral vão nessa direção. Para a teoria pragmática, as declarações morais podem ser verdadeiras ou falsas e em alguns casos são verdadeiras, mas isso não ocorre devido à existência de fatos ou entidades morais, e sim porque são processos bem-sucedidos para resolver problemas práticos²³⁶, o que coloca essa posição ao lado das teorias antirrealistas da moral. Já a teoria do erro de Mackie sustenta que, apesar do cognitivismo, não existem casos nos quais as sentenças morais sejam verdadeiras, pois não existe nada que seja o referente do nosso discurso moral.

O desafio para qualquer corrente do antirrealismo moral é preservar nossa forma habitual de falar sobre algum domínio, apesar de recusar nossa interpretação realista original²³⁷. Certamente, pode ser o caso de que apenas nossos discursos morais tenham a pretensão de verdade por hábito ou praticidade e, de fato, não há conexão lógica necessária entre o campo semântico e ontológico neste caso. Mas por que deveríamos sustentar que nosso discurso moral é uniformemente falso? A possibilidade do

²³⁵ Finlay, S. *Four Faces of Moral Realism*, 2007, p. 3.

²³⁶ Finlay, S. *Four Faces of Moral Realism*, 2007, p. 3-4.

²³⁷ Sayre-McCord, G. *What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True?* 1988, p. 2.

antirrealismo moral está aberta, mas a ele cabe o ônus da prova quanto a isso.

***New Wave* Naturalista**

A discussão sobre o fenômeno moral, entretanto, não se circunscreve a proposta antinaturalista ou antirrealista. Há uma terceira alternativa que consiste em salvar o naturalismo da refutação pelo argumento da questão em aberto, ou seja, a possibilidade de uma teoria naturalista em ética, cuja formulação envolva a rejeição da base semântica implicada no AQA. Apresentaremos essa hipótese a seguir.

O argumento de Moore baseia-se numa reivindicação tradicional na filosofia segundo a qual toda verdade necessária é analiticamente verdadeira. Assegurando, dessa maneira, o vínculo entre as propriedades e o significado dos termos, a sinonímia apresenta-se como um teste para a identidade de propriedades. Entretanto, autores como S. Kripke (1972) e H. Putnam (1975) defendem que analiticidade e necessidade são propriedades distintas. Necessidade é uma noção metafísica, epistemologicamente neutra. Já analiticidade é uma noção semântica com a reivindicação epistemológica de *a prioridade*, pois ser uma verdade analítica depende da linguagem e do significado das palavras. Essa distinção entre as propriedades tem como consequência que sinonímia não é uma condição necessária para se estabelecer identidade de propriedades. Assumindo que uma relação de referência dessa natureza possa ser utilizada para termos morais, torna-se possível contornar o argumento da questão em aberto, pois poderíamos aceitar que ‘bom’ e um termo para alguma propriedade ou conjunto de propriedades *P* designam o mesmo objeto, ainda que a maioria dos falantes de uma língua estejam de acordo que eles não são sinônimos.

Na adaptação semântica proposta, descobrimos que a sentença que identifica termos morais a tipos naturais é verdadeira não pela análise linguística de suas partes, mas empiricamente, do mesmo modo como descobrimos que água tem a fórmula química H₂O. Assim, podemos sustentar que “ser bom” é o mesmo que “ter a propriedade *P*”, aos moldes do naturalismo ético, mas evitamos o argumento da questão em aberto, pois não é preciso assumir que existam relações analíticas entre o termo e o

predicado.

O naturalismo *new wave* reivindica, como as demais posições naturalistas, que fatos morais são fatos naturais²³⁸ (nesse caso a relação é de constituição e não identidade²³⁹), mas pode fazer isso assumindo uma versão sintética da semântica naturalista. Não é preciso assumir nenhuma relação analítica entre termos morais e propriedades naturais, bastando apenas que os referentes dos termos morais sejam propriedades naturais²⁴⁰.

Se tipos morais são constituídos por tipos naturais, podemos nos perguntar quais são essas propriedades naturais. À primeira vista, poderíamos acusar o naturalismo nestes moldes de ser uma posição demasiado arbitrária, pois quaisquer propriedades do mundo poderiam ser “boas”, desde que fossem ligadas ao termo ‘bom’. Mas Brink e Boyd defendem que esse não é um atributo arbitrário, pois parece incontroverso que existem alguns arranjos de propriedades no mundo que constituem importantes bens humanos; neste sentido, há, de fato, valores objetivos.

É possível elencar quais são esses bens humanos por meio de um estudo empírico das capacidades cognitivas e afetivas dos seres humanos²⁴¹. Algumas coisas como a liberdade, a educação e os meios básicos para o bem-estar humano estão nessa lista²⁴²; Outras coisas são boas, no sentido moral, (traços de caráter, políticas, ações) porque tendem a realizar bens humanos e a desenvolvê-los ou incentivá-los²⁴³.

²³⁸ Essa reivindicação naturalista pode ser entendida aos moldes de outras reivindicações de constituição comuns: por exemplo, mesas são constituídas por certas combinações de partículas microfísicas, eventos sociais de larga escala, como as guerras e eleições, são constituídos por combinações muito complexas de eventos e processos sociais de pequena escala, processos biológicos, tais como a fotossíntese, são compostos por eventos físicos causal e temporalmente relacionados de uma forma específica. (Brink, D. *Moral Realism and the foundations of ethics*, 1989, p. 159)

²³⁹ Quando falamos que fatos morais são fatos naturais podemos dizer tanto que são no sentido de identidade, quanto no sentido de constituição. É comum se fazer esta distinção entre o “é” de constituição e “é” de identidade. Quando a relação é de identidade, então os termos morais e os termos naturais designam ou expressam a mesma propriedade (em qualquer mundo possível). O “é” de constituição diz que um termo *F* pode ser *G*, mesmo que as propriedades designadas por ‘*F*’ não sejam as mesmas designadas por ‘*G*’. Para o naturalismo *new wave*, o “é” é de constituição, o que permite que fatos e propriedades morais sejam multiplamente realizados, como no funcionalismo da mente, numa relação de um-para-muitos.

²⁴⁰ Boyd, R. How to be a Moral Realist? 1988, p. 119.

²⁴¹ Cf. Brink, D. *Moral Realism and the foundations of ethics*, 1989, p. 232.

²⁴² Brink, D. *Moral Realism and the foundations of ethics*, 1989, p. 233 – 234.

²⁴³ Boyd, R. How to be a Moral Realist? 1988, p. 122.

Este tipo de definição oferecido pelo naturalismo *new wave* não é binária, a definição é dada por um agregado de propriedades (*property-cluster*), então, a posse de um número adequado destas propriedades é suficiente para assegurar que o termo designa algo, mesmo que não estejam presentes todas as propriedades relevantes. Decidir quais as propriedades mais importantes é uma questão teórica e não empírica²⁴⁴. Esta proposta de naturalismo pode ser apresentada como uma forma de, aos moldes do psicofuncionalismo em filosofia da mente, identificar propriedades morais com um agregado disjuntivo de propriedades naturais. Nas palavras de Brink:

Os realistas podem reivindicar que as propriedades morais são propriedades funcionais. Eles podem reivindicar que o que é essencial para as propriedades morais é o papel causal que elas desempenham nas atividades características dos organismos humanos. Em particular, um realista pode reivindicar que propriedades morais são aquelas que garantem a manutenção e prosperidade dos organismos humanos (...). Os estados físicos que contribuem ou interferem com a satisfação destas necessidades, desejos e capacidades são estados físicos sobre os quais, em uma teoria funcionalista, propriedades morais no fim das contas sobrevêm (*supervene*)²⁴⁵.

Considerações Finais

O objetivo desse texto foi apresentar tanto uma definição de realismo moral como os desdobramentos mais comuns na investigação de tal posição. Assim, apresentamos o realismo e antirrealismo moral e o naturalismo e antinaturalismo ético, reconstruindo de forma cronológica os principais problemas e argumentos dessa discussão metaética.

Delimitamos, ao longo do texto, que o realismo tem como base três teses: uma teoria cognitivista dos julgamentos morais, a pretensão de que alguns desses julgamentos são verdadeiros e, por último, que a verdade de tais enunciados não faz referência a algum indivíduo ou grupo de indivíduos. Já o antirrealismo rejeita, ao

²⁴⁴ Assim, diferentes culturas podem apresentar resultados diferentes sobre quais coisas são denominadas por determinado termo moral.

²⁴⁵ Brink, D. *Moral Realism and the foundations of ethics*, 1989, p. 121 – 122.

menos, alguma dessas teses.

Aceitas as teses do realismo moral, é preciso definir de que tipo são as propriedades, entidades ou fatos morais envolvidos nos julgamentos morais. Neste texto, nos ocupamos especialmente da posição que identifica o conteúdo do domínio moral com o domínio natural, ou seja, o naturalismo. O naturalismo apresenta duas caracterizações, a primeira apresentada é aquela posição que se estabelece antes do argumento da questão em aberto de Moore. Nestes moldes, o naturalismo ético apresenta uma definição para o termo ‘bom’ como constituído de propriedades naturais mais simples, como o prazer. Tal posição não pôde defender uma identificação analítica entre os termos analisados e, com isso, também não pôde defender que os termos morais e naturais se relacionavam à mesma propriedade.

Posteriormente, com o desenvolvimento da semântica para os tipos naturais, o naturalismo ético recebeu uma nova oportunidade de rejeitar o argumento da questão em aberto. Segundo a teoria semântica desenvolvida por Kripke e Putnam, analiticidade não é um critério necessário para identificação de propriedades, ou seja, sinonímia não é uma condição necessária para que se identifiquem propriedades. Neste caso, podemos defender que mesmo que ‘bom’ e algum termo para uma propriedade natural não sejam sinônimos, eles podem se referir à mesma coisa.

Essa posição é assumida pelo naturalismo *new wave* que afirma que podemos sustentar que “bom é a propriedade y”, mesmo que não exista uma relação analítica nesta sentença. O naturalismo *new wave* sustenta, também, que não se trata de uma única propriedade, como o prazer, mas sim de um conjunto de propriedades naturais, mais ou menos mutável, que pode ser identificado a partir de investigações das ciências humanas e biológicas. Tal posição tem a vantagem de explicar tanto as diferenças nos valores morais quanto as suas semelhanças.

Bibliografias:

BOYD, Richard. How to be a Moral Realist? *In*: SAYRE-McCord, Geoffrey (org.). *Essays on Moral Realism*. Cornell University Press, p. 105–135, 1988.

- BRINK, David O. *Moral Realism and the foundations of ethics*. Cambridge University Press, 1989.
- BROCK, Stuart. MARES, Edwin. *Realism and Anti-Realism*. Durham: Acumen, 2^aed., 2010.
- FINLAY, Stephen. Four Faces of Moral Realism. *Journal Compilation*, Blackwell, 2007.
- KRAMER, Matthew H. *Moral Realism as a Moral Doctrine*. Wiley-Blackwell, 2009.
- KRIPKE, Saul A. *O Nomear e a Necessidade*. Trad.: Ricardo Santos e Teresa Filipe. Lisboa: Gradiva, 2012.
- MACKIE, John L. *Ethics: Inventing right and wrong*. Penguin Books, 1990.
- MILLER, Alexander. *An Introduction to Contemporary Metaethics*. Cambridge: Polity & Blackwell, 2003.
- MOORE, George. E. *Princípios Éticos*. In: Pensadores. Trad.: Luiz J. Baraúna, Pablo R. Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PUTNAM, Hillary. *Mind, Language and Reality*. Cambridge University Press, 2003.
- SAYRE-McCord, Geoffrey. (ed.). *Essays on Moral Realism*. Cornell University Press, 1988.
- SAYRE-McCord, Geoffrey. What Difference Does It Make Whether Moral Realism is True? *Southern Journal of Philosophy*. vol. 24 (Supplement), p. 115–142, 1986.